1 Introdução

“O Brasil padeceria de uma espécie de prisão de cérebro: tem peçonha no miolo. É preciso sujeitar-se à dolorosa operação da crítica de si mesmo, do desapego, do desdém e até do asco de si mesmo, a fim de conseguir uma cura radical.”

Silvio Romero, (1991 [1897] p. 323).

Andar pelas ruas das grandes cidades do Brasil, particularmente da cidade do Rio de Janeiro, se constitui em uma “experiência radical” da existência humana, pois se tornou quase impossível não deparar a cada instante e a cada esquina com crianças e jovens vivendo nas ruas ou as usando como meio de sobrevivência e/ou moradia¹. A intensidade desta “experiência radical” pode ser verificada através de duas ações, ou reações, a saber: a indiferença em relação ao outro e o conformismo em relação às questões sociais, ou, a perplexidade e o inconformismo. Este fato – crianças e jovens em “situação de rua” –, que para alguns é motivo de indignação e revolta, para outros é um fenômeno corriqueiro e sem importância, totalmente integrado a paisagem da cidade, principalmente quando não estão nas calçadas e praças dos bairros de maior poder aquisitivo. Tanto as pessoas ou instituições associadas ao primeiro grupo, quanto as que se identificam com o segundo, afirmam suas posições em relação a esta problemática, através de ações, projetos, programas e políticas. Mesmo as pessoas que são indiferentes, acabam reagindo de alguma forma, na medida em que, o “problema” bate em sua porta, ou na janela do seu carro, ou mesmo porque, ser indiferente não significa abdicar da ação, mas agir sob ótica da indiferença, não reconhecendo o outro como igual. Este fenômeno verificado na maioria das grandes cidades do mundo, que se agrava nos países periféricos, parece induzir mais a uma situação de conformismo do que de perplexidade. A indiferença e o conformismo diante da problemática das crianças e jovens em “situação de rua”

¹ Crianças e jovens que usam as ruas como meio de sobrevivência e/ou moradia são descritos no Brasil desde o período colonial e, da mesma forma não são novidade na história universal, bem como, são apontados como um fenômeno de dimensão mundial. Segundo Koller & Hutz, (1996, p. 178) “a primeira história relatada sobre um menino de rua parece ter sido contada em 1554, em uma novela autobiográfica, intitulada *La vida de Lazarillo de Tormes y de susfortunas y adversidades*”.

são alimentados, em grande parte, pelo processo de “estigmatização da pobreza”, que se caracteriza pela ideia de naturalização dos efeitos históricos e econômicos, de maneira que não permitem identificar os responsáveis pelas conseqüências indesejáveis. Esta ideia de naturalização da pobreza percebida como uma problemática constituída fora das relações sociais e econômicas induz à produção de uma indiferença desumanizadora, de maneira que, os “males” que possam incidir sobre o outro não fazem parte das preocupações daqueles que, por não compartilharem as mazelas não os reconhecem com semelhantes (Escorel, 2006; Arendt, 1983).

A questão das crianças e jovens que usam as ruas como meio de sobrevivência e/ou moradia foi densamente abordada por diferentes análises históricas e sociológicas a partir da ideia de produção social da pobreza e da exclusão. A multiplicidade e a diversidade de conceitos ligados historicamente a noção de pobreza aparecem como fatores explicativos que recaem sob a forma de diferentes significados nos corpos e na vida das crianças e jovens em “situação de rua”. Estas crianças e jovens pobres visivelmente presentes nas ruas das grandes cidades representam os efeitos da pobreza e da exclusão e provocam sentimentos de compaixão ou escárnio (Geremek, 1995), de pena ou medo (Rizzini, 2008). Estes sentimentos, por sua vez, personificam a justificativa na construção de discursos e práticas sociais no enfrentamento desta problemática. A vulnerabilidade destas crianças e jovens é extrema, seus vínculos sociais são demasiadamente esgarçados, sua condição social é a de “desfiliados” dos “desfiliados” (Castel, 1998), suas vidas são pautadas pela ótica da total “inutilidade social”, não possuem um projeto para o futuro e muito menos conseguem ter uma luta baseada no coletivo. São pessoas do “agora”, vivem intensamente o momento, são reduzidas a condição de *animal laborans*, voltadas quase que exclusivamente para a preservação biológica, impossibilitadas do exercício das potencialidades da condição humana (Arendt, 1983). Neste sentido as crianças e jovens em “situação de rua” expressam de maneira radical as instabilidades da vida humana, num mundo que busca a todo custo reduzir as incertezas.

“A vida individual voltou a ser mortal tão mortal quanto o fora na antiguidade, e o mundo passou a ser menos estável, [...] Ao perder a certeza de um mundo futuro, o homem moderno foi arremessado para dentro de si mesmo, e não de encontro ao

mundo que o rodeava. [...] Os únicos conteúdos que sobraram foram os apetites e os desejos, os impulsos, os impulsos insensatos de seu corpo [...] sem possibilidade de previsão. [...] Agora, a única coisa que pode ser potencialmente imortal, tão imortal quanto fora o corpo político na antiguidade ou a vida individual na Idade Média, era a própria vida, isto é, o processo vital, possivelmente eterno, da espécie humana” (Arendt, 1983, p. 334).

Ao relacionarmos a afirmação acima às crianças e aos jovens em “situação de rua”, percebemos que ao contrário do que defende Arendt, estas crianças e jovens, ao se perceberem no centro de um redemoinho de instabilidades e incertezas, não se voltaram para dentro de si. Avessamente, lançaram-se no mundo, atuando transgressoramente de encontro a tudo que os cerca, mesmo que para isto tenham restado somente seus impulsos “insensatos”, seus desejos e apetites. Neste sentido, as crianças e jovens em “situação de rua” passam a ser percebidos como perigosos, marginais, economicamente supérfluos, desnecessários, socialmente ameaçadores, politicamente um incômodo e sem qualquer perspectiva de inserção pela via do trabalho. “Mais do que não ter, trata-se de ser impedido de ser” (Demo, 2003, p. 41), lhes restando a transgressão da ordem e da lei, na medida em que esta ordem e lei estão a serviço do seu aniquilamento e que pela transgressão voltam a ser protegidos pela lei (Arendt, 1983). Diante destes fatos, cabe-nos propor desafios que nascem fundamentalmente de nossa “perplexidade produtiva”, necessária para “identificar as questões que merecem ser respondidas” (Santos, 1999, p.17). Esta perplexidade produtiva que nos impulsiona na busca por respostas, também nos leva a um envolvimento com a “causa” que rompe a barreira epistemológica entre sujeito e objeto. Impõe uma postura de pesquisador/ativista ligado umbilicalmente com seu próprio objeto de estudo onde a “realidade sobrepõe sob vários aspectos a teoria” (Santos, 1999, p.21). Desta forma, desenvolvemos nosso trabalho na perspectiva de Santos (1999, p.19), ao propor que “em vez da distância crítica, a proximidade crítica, em vez de compromisso orgânico, o envolvimento livre, em vez de serenidade autocomplacente, a capacidade de espanto e de revolta”.

As questões apontadas acima evidenciam a importância do desenvolvimento de estudos que acometam a problemática apresentada sob as mais diferentes óticas. Este fato, associado a minha trajetória profissional, constituem-se em forças propulsoras do estudo realizado. Neste sentido, abordamos a questão das crianças e jovens pobres que usam as ruas como meio de sobrevivência e/ou

moradia a partir de um ponto de vista particular que considera, entre outras coisas, determinados aspectos de um conhecimento empírico construído ao longo de vários anos no exercício profissional e o processo histórico de constituição da sociedade carioca. Desta forma, construímos um método de análise desta problemática que, apesar de considerar os efeitos dos modelos econômicos e políticos como produtores desse processo de pobreza e exclusão social, não parte desta ótica para elaboração de nossos argumentos. Esta escolha – de não dar ênfase aos efeitos econômicos e políticos – deve-se por um lado ao grande número de trabalhos acadêmicos e pesquisas que analisam esta problemática a partir destas perspectivas e, por outro, à percepção de que os fatores sócio-culturais inscritos no processo histórico de constituição da sociedade brasileira, particularmente a carioca, descortinam singularidades e especificidades desta problemática que não podem ser explicitados apenas pelas óticas econômica e política. A partir destas premissas e do fato de que as respostas construídas pelo Estado e pela sociedade no enfrentamento desta problemática se relacionam mais aos valores morais e aspectos culturais e menos aos fatores econômicos, é que desenvolvemos nossas análises. Neste sentido, a construção de nosso objeto diz respeito à maneira pela qual os discursos e práticas sociais destinados ao enfrentamento da questão das crianças e jovens em “situação de rua” foram instituídos. Com isto, defendemos o ponto de vista de que os fatores econômicos e políticos imbricados de forma determinante na produção desta problemática assumem menor relevância que os aspectos culturais, religiosos, étnicos e morais, na produção de respostas para este fenômeno. Estes aspectos, junto às concepções e conceitos científicos da época, fundamentaram e justificaram a institucionalização de práticas sociais e discursos destinados a estas crianças e jovens. Ao partir desta perspectiva de análise, surgiu a necessidade de entender como se deu historicamente – especificamente no caso do Rio de Janeiro – a construção destes discursos e práticas sociais. Neste sentido, formulamos as questões e a hipótese que nortearam a construção das análises apresentadas neste trabalho.

Inicialmente formulamos a seguinte questão: de que maneira se deu historicamente a construção e a institucionalização de discursos e práticas sociais desumanizantes relacionadas a as crianças e jovens reconhecidos conceituam ente

com “em situação de rua”? Esta indagação nos levou a uma segunda pergunta: é possível identificar o perfil e construir historicamente o processo de ocupação das ruas como meio de sobrevivência e/ou moradia pelas crianças e jovens pobres na cidade do Rio de Janeiro? Estas duas questões impulsionaram a elaboração de nossa hipótese, a saber: em que medida o estatuto da escravidão e a maneira como se deu a abolição podem ser descritos como fatores explicativos relacionados à genealogia das crianças e jovens em “situação de rua” na cidade do Rio de Janeiro e a institucionalização de práticas desumanizantes por parte do Estado, direcionadas a esta população? A construção de respostas para estas questões nos indicou a necessidade de fundamentar nossa análise a partir da perspectiva histórica. Desta maneira, delimitamos as últimas três décadas como século XIX como o período propício ao desenvolvimento de nossa análise, visto que as inovações tecnológicas e científicas, as formas de governo e a criação de instituições ligadas ao aparelho de Estado, desenvolvidas e experimentadas no século XVIII na Europa² são vivenciadas e implantadas – guardando as devidas proporções – no Brasil durante o século XIX, principalmente na segunda metade.

A construção de nosso objeto a partir da perspectiva histórica evidenciou um problema conceitual assentado na impossibilidade de transpor de forma literal a ideia contemporânea de crianças e jovens em “situação de rua” para a realidade do século XIX. Como meio de resolver este impasse optamos por desenvolver a construção de nosso objeto a partir da análise das crianças e jovens recolhidos das ruas da cidade do Rio de Janeiro no final do século XIX pelo motivo de vadiagem e/ou vagabundagem. Esta escolha nos permitiu traçar alguns paralelos, ainda que, de forma não linear, entre os dois personagens – crianças e jovens em “situação de rua”, na concepção atual, e crianças e jovens recolhidos das ruas no final do século XIX pelo motivo de vadiagem e/ou vagabundagem. A possibilidade desta aproximação, não literal, pode ser estabelecida sob determinados aspectos referenciados na lógica das relações sociais hierarquizadas e na engenharia social universal do fenômeno da pauperização e urbanização das grandes cidades. Esta aproximação atemporal entre os dois personagens também pode ser evidenciada

² Segundo Foucault (2006, p. 107) “o século XVIII [na Europa] inventou todo um série de tecnologias científicas e industriais (...) esquematizou e teorizou certo número de formas políticas de governo (...) implantou, ou desenvolveu e aperfeiçoou aparelhos de Estado e todas as instituições que são ligadas a tais aparelhos”.

conceitualmente na idéia de pobreza perigosa que subvertia moralmente a ordem pública e os princípios da “civilização culta”. Da mesma forma, podemos observar a presença ostensiva nas ruas e praças percebidas de maneira negativa (Geremek, 1995) como outro ponto de aproximação não linear entre os dois personagens. Neste sentido, sem abandonar nossa questão e hipótese iniciais, redefinimos o enquadramento do foco de nosso objeto elaborando a seguinte indagação: sob que aspecto se deu a construção social das noções de “vadio” e “vagabundo” no final do século XIX na cidade do Rio de Janeiro, e em que medida os anos de cativo vivenciados pela sociedade carioca e o processo de construção do Estado-nação brasileiro se inscreveram neste processo de construção social? De maneira que, possamos desvendar as características e perfil das crianças e jovens recolhidos das ruas por vagabundagem e vadiagem e os discursos e práticas sociais destinados a eles.

A partir destas indagações, arquitetamos nossa reflexão com referência nos conceitos de incorrigíveis e anormais (Foucault, 2006) e pela ideia de prática social, analisada através de uma perspectiva histórica circunscrita na sociedade carioca nas últimas três décadas do século XIX. Apesar de nosso estudo estar focado na cidade do Rio de Janeiro, é possível em alguns momentos e sob determinados aspectos generalizar nossas análises para as grandes cidades brasileiras do século XIX.

A proposta de discutir a construção social das noções de “vadios” e “vagabundos”, balizados pela ideia de infância e juventude e pelas práticas sociais destinados a eles, impõe a necessidade de definirmos conceitualmente o nosso entendimento sobre estes termos – “vadios”, “vagabundos”, infância, juventude e práticas sociais. A partir de um critério particular nosso delimitamos a idade de 21 anos para o levantamento dos dados históricos na construção do perfil e das características dos “vadios” e “vagabundos” recolhidos das ruas do Rio de Janeiro, nas últimas três décadas do século XIX. Esta decisão levou em conta a falta de modelos apropriados capaz de definir e referenciar um limite etário para criança, adolescência e juventude na época estudada, visto que, “em geral até os idos de 1900, não se costumava fazer distinção entre a fase da infância e da adolescência” (Rizzini, 2008, p. 134). Esta falta de uma definição etária precisa e o impasse em torno à identidade em relação às ideias de infância, adolescência e

juventude se reproduziam nas relações sociais, na inserção no mundo do trabalho e no tratamento jurídico, de maneira a evidenciar uma condição multifacetada, imprecisa e de difícil definição. Para os fins a que se destina este trabalho, propomos a definição de criança e jovem delimitada etariamente pela idade de 21 anos.

Em relação às noções de “vadio” e “vagabundo” usaremos, neste trabalho, associados. Esta escolha se deu em razão de que encontramos nos documentos pesquisados estes termos descritos juntamente para designar o motivo de prisão, bem como verificamos a associação destas duas idéias – vadiagem e vagabundagem – em diversos documentos analisados. A opção por usar estes termos em nosso texto sempre em associação deve-se principalmente por estes estarem se referindo não à classificação de um comportamento e sim à definição de um modo de vida ou a um “estado” do ser. De maneira que o recolhimento das crianças e jovens pobres das ruas diziam respeito a uma idéia moral que associava as noções de “vadios” e “vagabundos” como termos quase que indissociáveis ou mesmo como prováveis sinônimos. Outra evidência que nos levou a decidir usar os termos “vadios” e “vagabundos” sempre juntos, deve-se ao fato de que os dois termos são associados tanto à ideia de ócio e aversão ao trabalho, quanto a imoralidades relacionadas aos comportamentos sexuais. De maneira que as noções de “vadios” e “vagabundos” se coadunam com a noção mais geral de degenerescência moral de determinados tipos de pobres perigosos. No que diz respeito à idéia de práticas sociais, nos apropriamos do sentido proposto por Foucault (1999) para o termo. Segundo este autor, uma prática social pode ser definida enquanto uma ação circunscrita em um domínio de saber capaz de produzir e estruturar novos conceitos, novas técnicas e novos sujeitos de conhecimento, capazes de formular uma verdade própria. É a partir destas premissas que passaremos a usar a ideia de infância e juventude, as noções de “vadios” e “vagabundos” e a formulação de práticas sociais.

Cabe ainda destacar o fato de que, apesar da construção de nosso objeto estar fundamentado na pesquisa e análise de documentos históricos, este não deve ser percebido como um trabalho historiográfico, mas sim como um estudo que usa as ferramentas da pesquisa histórica para a construção de um objeto sob a perspectiva de análise do campo do Serviço Social. Neste sentido, nos valem de

determinadas ferramentas de pesquisa e análise histórica como um campo de reflexão a partir de procedimentos múltiplos constituído entre descontinuidades e rupturas. A construção de nosso objeto se fundamenta numa perspectiva que “vê a mudança histórica como resultado do embate de forças opostas, que são, de um lado, políticas, institucionais, estruturadas e bem documentadas e, do outro, sociais ou socioculturais, difusas e acessíveis hoje apenas por meio de informações fragmentadas e inferências indiretas” (Holloway, 1997, p. 20). Dessa forma, a elaboração das características e do perfil de nosso personagem e a construção social das noções de “vadios” e “vagabundos” se darão através de inferências e interpretações dos comportamentos de “grupos subordinados a partir do ponto de vista das elites dominantes” (James Scott, 1990, p.87 apud Holloway, 1997, p. 275).

A construção de nossa análise se baseou na pesquisa de documentos históricos e foi estruturada em três capítulos. No primeiro capítulo, abordamos a maneira pela qual o debate de ideias relativo à construção do Estado-nação brasileiro e a necessidade de fabricação de uma identidade e caráter nacional se conjugam com as concepções de progresso e civilização na instauração da ordem urbana e na produção de significados relativos aos espaços públicos. Discutimos ainda neste capítulo a dimensão do estatuto da escravidão³ enquanto uma experiência societária imbricada na construção de significados sociais da ideia de pobreza moralmente perigosa. A partir destes pontos, analisamos as interseções e as discrepâncias relativas às concepções e aos significados dos espaços públicos e privados na construção social das noções de “vadios” e “vagabundos”. No segundo capítulo, discorremos sobre os fatores históricos, implicados na produção de um saber classificatório, presentes na fundamentação e institucionalização de práticas sociais destinadas à normatização dos espaços públicos, de maneira que demonstramos a relação entre a normatização destes espaços e a construção social das noções de “vadios” e “vagabundos”. O terceiro capítulo versou sobre as concepções teóricas e conceituais que fundamentaram nossa análise. Apresentamos neste capítulo a sistematização dos dados levantados na pesquisa

³ Entendemos por estatuto da escravidão o conjunto de discursos e práticas sociais que englobam um corpo jurídico, os meios de produção (economia e trabalho), as instituições políticas e as relações sociais e humanas.

histórica e demonstramos as características e perfil de nosso personagem. Evidenciamos também a maneira pela qual as técnicas e os métodos empregados pelo Estado no enfrentamento dos perigos relativos aos pobres moralmente perigosos se coadunam com os significados dos espaços públicos na construção social das noções de “vadios” e “vagabundos”. A partir das análises elaboradas nos três capítulos, construímos nossas considerações finais em dois momentos. No primeiro, demonstramos a síntese das discussões apresentadas anteriormente e analisamos os resultados a que chegamos em relação ao nosso objeto. Já no segundo momento, propomos a formulação de novas questões relativas ao processo histórico de construção da assistência na cidade do Rio de Janeiro, a partir do papel exercido pela polícia.